CE. JUSTIFICATIVA: À semelhança de diversos outros cursos, congressos, seminários e fóruns análogos, não há viabilidade de competição para a escolha, dada a especificidade do serviço, traduzida nos temas específicos do programa, nos palestrantes ou professores selecionados, no local e no período de realização do evento, configurando-se, no caso, típico hipótese de inexigibilidade de licitação, conforme estatuído no art.25, caput, da Lei Federal nº8.666/93. VALOR: R\$5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13200001.04.128.500.28605.01.33903900.70.1.40; IG 858590. FUNDA-MENTAÇÃO LEGAL: Art.25, caput, da Lei Federal nº8.666/93. CONTRATADA: ALL ABOUT EVENTOS LTDA. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: Guaracy Diniz de Aguiar (Conselheiro da ARCE). RATIFICAÇÃO: Adriano Campos Costa (Presidente do Conselho Diretor da ARCE).

Marcelo Capistrano Cavalcante PROCURADORIA JURÍDICA

Fortaleza, 11 de junho de 2015.

*** *** ***

CONTROLADORIAE OUVIDORIA-GERALDO ESTADO

PORTARIA CONJUNTA N°002/2015 - CGE/PGE/CASA CIVIL/ SEPLAG/SEFAZ.

> INSTITUI A COMISSÃO GESTORA INTERSETORIAL PARA APLICA-ÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA SANAR FRAGILIDADES – PASF NO ÂMBITO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL, no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº29.388, de 27 de agosto de 2008, que institui a Auditoria Preventiva com Foco em Riscos, em especial o seu art.6°, que define como competência da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado a coordenação da Comissão Gestora Intersetorial para aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades; CONSIDERANDO a necessidade de integração entre os órgãos envolvidos com a gestão governamental em nível estratégico, com vistas ao alinhamento do entendimento técnico das matérias tratadas no âmbito das Contas Anuais de Governo. RESOLVE:

Art.1°. Instituir a Comissão Gestora Intersetorial para aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF, com vistas ao tratamento das recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, no âmbito das Contas Anuais de Governo, com a seguinte composição:

Membros Deliberativos	Matrícula	Órgão
Ariano Melo Pontes	1630901-X	PGE
Carlos Eduardo Pires Sobreira	8001981-5	SEPLAG
Rinaldo Azevedo Cavalcante	3000321-7	CASA CIVIL
Marcus Augusto Vasconcelos Coelho	0379601-9	SEFAZ
Marcelo de Sousa Monteiro	1617351-7	CGE
Coordenação	Matrícula	Órgão
Antônio Marconi Lemos da Silva	1617171-9	CGE
Membros Executivos	Matrícula	Órgão
Kelly Darlane Nepomuceno Ramos	1617311-8	CGE
Adriana Oliveira Nogueira	1661071-2	CGE
Luis Jarbas de Mesquita	0980591-5	SEFAZ
Maria Dolores Pereira	0378671-4	SEFAZ
Naiana Correia Lima	4676021-2	SEPLAG
Francisco Ailson Alves Severo Filho	6002821-4	SEPLAG

Art.2°. A Comissão se reunirá ordinariamente a cada mês e extraordinariamente a qualquer tempo, por convocação do coordenador.

Art.3°. Esta Portaria entre em vigor a partir da data da sua publicação, ficando revogada a Portaria $n^{\circ}10/2011$.

Fortaleza, 02 de junho de 2015.

José Nelson Martins de Sousa SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL

Juvêncio Vasconcelos Viana PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Alexandre Lacerda Landim

SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL

Carlos Eduardo Pires Sobreira

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO EM EXERCÍCIO Carlos Mauro Benevides Filho

SECRETÁRIO DA FAZENDA

*** *** ***

PORTARIA Nº101/2015 - O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor JOÃO RODRIGUES ALVES, ocupante do cargo de Assistente Técnico, matrícula nº3000631-3, desta Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, a viajar à cidade de Baturité CE, no dia 18 de junho de 2015, a fim de acompanhar o Exmo. Sr. Secretário Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral, concedendolhe meia diária, no valor unitário de R\$64,83 (sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos), totalizando R\$32,42 (trinta e dois reais e quarenta e dois centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea "a", \$1º do art.4º, art.5º e seu \$1º; art.10, classe III do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária 41100001.04.122.500.28123.0100000.33901400.00.0.20-11377. CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 17 de junho de 2015.

José Nelson Martins de Sousa SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL

Registre-se e publique-se.

*** *** ***

SECRETARIAS E VINCULADAS

SECRETARIA DAS CIDADES

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DESERTO CHAMAMENTO PÚBLICO N°001/2015

PROCESSO N°2268707/2015 OBJETO: O presente Chamamento tem por objeto a seleção de empresas ligadas ao ramo da construção civil, interessadas na produção de equipamentos públicos para o empreendimento habitacional denominado Orgulho do Ceará II, que se encontra em fase de produção no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa I, contratado pelo Banco do Brasil S.A. PREÂMBULO: O SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 74 e 83 da Lei Estadual nº13.875, de 07 de fevereiro de 2007; o artigo 5º do Anexo Único do Decreto Estadual nº31.559, de 26 de agosto de 2014, bem como a Portaria nº059/2015, torna público que diante da ausência de interessados, foi o mesmo declarado deserto. Fortaleza, 23 de junho de 2015. Francisco Quintino Vieira Neto, SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 23 de iunho de 2015.

> David Gabriel Ferreira Duarte COORDENADOR JURÍDICO

Registre-se e publique-se.

*** *** ***

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA
PARTÍCIPES: A SECRETARIA DAS CIDADES E O INSTITUTO
AGROPOLOS DO CEARÁ. OBJETO: Constitui objeto deste
convênio deste convênio a cessão da empregada ELAINNE